

Domingo, 06 de Setembro de 2026

Pivetta afirma estar preparado para enfrentar críticas sobre processo da Lei Maria da Penha

Governador de Mato Grosso reitera inocência em caso arquivado pela Justiça e diz estar pronto para campanha eleitoral

Otaviano Pivetta, governador de Mato Grosso e pré-candidato à reeleição pelo Republicanos, declarou-se pronto para lidar com possíveis questionamentos durante sua campanha eleitoral relacionados ao processo envolvendo a Lei Maria da Penha, ao qual respondeu em 2021. De acordo com o político, o assunto já foi analisado pelo sistema de Justiça e não constitui empecilho para sua candidatura.

Na coletiva de imprensa realizada na última sexta-feira, Pivetta ressaltou ter sido absolvido nas investigações conduzidas tanto em Santa Catarina quanto em Mato Grosso. "Convivo com isso há bastante tempo e me sinto preparado. Quanto ao episódio relacionado à Lei Maria da Penha, recebi inocência em Santa Catarina e também aqui", reiterou.

O gestor estadual mencionou que se absteve de comentar publicamente o assunto nos anos anteriores como forma de preservar a integridade familiar e o bem-estar dos menores envolvidos. "Nunca abordei esse tema senão com respeito profundo e dedicação às crianças que fizeram parte dessa convivência matrimonial, às quais dediquei o meu melhor esforço", expressou.

Reconhecendo que a questão pode ressurgir durante o processo eleitoral, Pivetta repudiou o que denominou como oportunismo e falta de caráter de seus opositores, assegurando estar disponível para debater o tema. "Existem práticas oportunistas e atitudes covardes. Porém, estou preparado para enfrentar isso. Tenho plena disposição em me explicar e discutir o assunto. Embora desagradável, assumi o compromisso de ser um político responsável", afirmou.

Quando indagado sobre a possibilidade de sua ex-companheira, Viviane Kawamoto, ser instrumentalizada por rivais políticos na disputa, Pivetta evitou aprofundar a questão. "Não tenho como falar em seu nome. Torço para que não ocorra. Tenho esperança de que manteremos um processo eleitoral respeitoso", concluiu.

O processo foi encerrado pela Justiça catarinense em fevereiro de 2022, após o órgão ministerial concluir que documentos periciais apontavam agressões recíprocas, sem evidências suficientes para identificar responsabilidades. Igualmente, investigação conexa em Mato Grosso também foi finalizada sem maiores desdobramentos.